



Comissão externa destinada a elaborar propostas para o enfrentamento da Tuberculose como compromisso internacional para a eliminação dessa doença como problema de saúde pública até o ano de 2030.

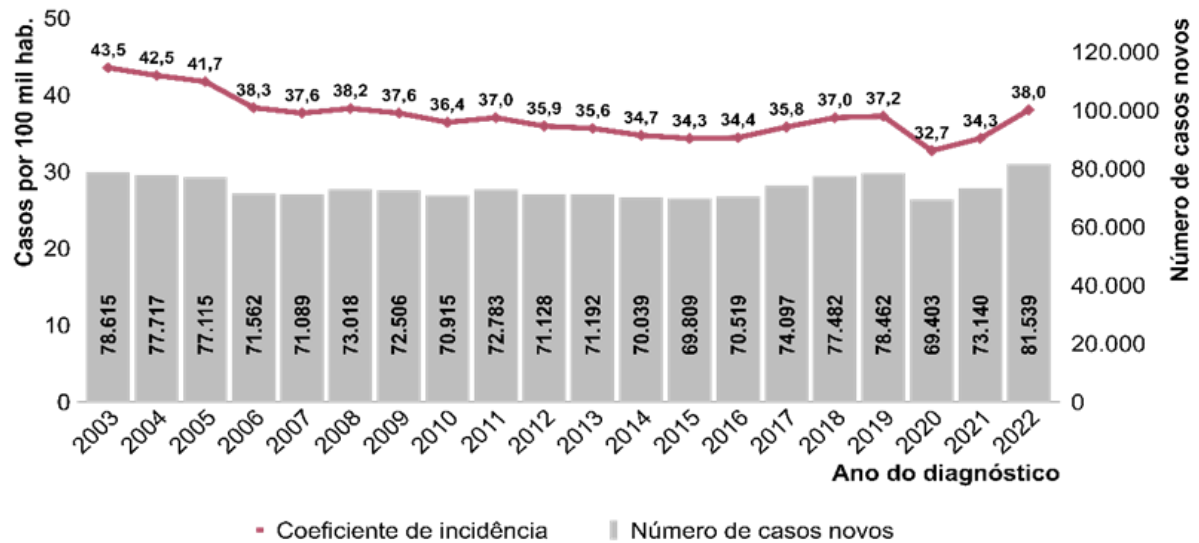
PLANO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO

A tuberculose (TB) mantém-se como um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. É uma doença com forte impacto social e econômico às pessoas, famílias e comunidades afetadas. O Brasil faz parte da lista de 30 países prioritários para o controle da doença no mundo definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e a carga da doença no país representa quase $\frac{1}{3}$ dos casos de TB das Américas.

Após décadas com redução gradual na incidência da tuberculose (TB) no Brasil, observou-se um aumento a partir de 2016, e em seguida, em decorrência do impacto imediato das interrupções causadas pela pandemia de covid-19, uma redução no número de pessoas diagnosticadas com a doença em 2020, em comparação a 2019 (Figura 1). Nos anos de 2021 e 2022, constatou-se uma recuperação na detecção de pessoas com TB no país, com consequente aumento da incidência.

Figura 1 - Coeficiente de incidência (casos por 100 mil hab.) e número de casos novos de tuberculose. Brasil, 2012 a 2022^a



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Secretarias Estaduais de Saúde/Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ^aDados extraídos e qualificados em setembro/2023. Dados preliminares, sujeitos a alteração.

No Brasil, o coeficiente de mortalidade por TB apresentou queda, mesmo que lentamente, por pelo menos duas décadas, até que, em 2021, essa tendência se reverteu, quando foram registrados 5.072 óbitos (2,38 óbitos por TB por 100 mil hab). Em 2022, o coeficiente permaneceu em tendência de aumento, com 2,7 óbitos por TB por 100 mil hab. e 5.824 óbitos. A redução nas notificações de pessoas com TB em 2020 e 2021 sugere que o número de pessoas com TB não diagnosticada e não tratada aumentou, o que explica o aumento da mortalidade pela doença.

Apesar de ser uma doença com prevenção, diagnóstico e tratamento garantidos pelo SUS, a pandemia impactou negativamente os indicadores nacionais, apresentando um aumento importante da incidência e do óbito nos anos de 2021 e 2022.

A eliminação da TB como problema de saúde pública é um compromisso pertencente à agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (meta 3.3.) e também da OMS na Estratégia Global pelo Fim da TB (*End TB Strategy*) (WHO, 2015), compromisso assumido pelo país na Declaração Política sobre a Luta Contra a Tuberculose, fruto da 1ª Reunião de Alto-Nível pelo Fim da TB da ONU (UN, 2018); e planos nacionais alinhados a estratégias globais - como o Plano “Brasil livre da Tuberculose” (BRASIL, 2027; BRASIL, 2021), compromisso reassumido na Declaração da 2ª Reunião de Alto-Nível pelo Fim da TB da ONU (UN, 2022).



A TB é considerada uma doença socialmente determinada, que atinge de forma desproporcional as pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas que vivem com HIV, privadas de liberdade e povos indígenas, além de ser perpetuadora da pobreza afetando grande parte das famílias com impacto na perda de renda durante o tratamento da doença.

Nesse cenário, em que a eliminação da TB depende do enfrentamento da determinação social, o governo federal tem instituído algumas iniciativas arrojadas com a intenção de promover uma atuação articulada entre diferentes setores na perspectiva de eliminação da tuberculose e de outras doenças determinadas socialmente, com a criação de um Comitê Interministerial específico - composto por 8 Ministérios além do Ministério da Saúde - com o objetivo de fortalecer a articulação intersetorial, sendo um compromisso assumido a eliminação da doença até 2030.

Mesmo com avanços importantes na pasta da saúde, especialmente aqueles relacionados à incorporação de novas tecnologias para o diagnóstico e tratamento da TB no Sistema Único de Saúde (SUS), destaca-se sucessivos contingenciamentos de recursos na área da saúde, com repercussão na redução de atividades estratégicas de controle da doença no âmbito federal. Diante dessa situação, é necessário estabelecer mecanismos que ampliem os repasses e recursos adicionais aos estados e municípios, para o fortalecimento das ações nos territórios, bem como para o investimento em pesquisa e inovação, como forma de aprimorar os métodos de diagnósticos, tratamentos preventivos e outros insumos mais modernos para o controle da doença. Destaca-se que o volume de investimentos nas ações de controle da doença, assim como em pesquisa e tecnologia para a TB, é um indicador monitorado pelos organismos internacionais.

Cabe destacar que a instalação dessa Comissão Externa sinaliza como um importante movimento no âmbito do Parlamento Brasileiro frente ao compromisso assumido por ocasião da 2ª Reunião de Alto-Nível pelo Fim da TB das Nações Unidas ocorrida em setembro. Tal evento político reuniu os países-membros e o Brasil contou com a representação do parlamentar, o Deputado Antônio Brito, integrando uma sessão de painéis intitulado “Ampliando o financiamento nacional, regional e internacional adequado e sustentável para garantir a equidade na oferta de serviços para enfrentamento da tuberculose e no desenvolvimento de estratégias inovadoras, pesquisa e desenvolvimento de novos diagnósticos, vacinas e medicamentos” - junto a importantes *stakeholders* como *Peter Sands*, o Diretor Executivo do Fundo Global de Luta Contra a AIDS, Tuberculose e Malária, *Global Fund* (maior instituição financeira a destinar recursos para ações em tuberculose); além de outras autoridades e especialistas no assunto.

Nesse contexto e diante dos compromissos reafirmados pelo governo brasileiro frente à agenda global pelo fim da TB e o grave cenário epidemiológico da doença no país, é fundamental a implementação de estratégias e ações, com adequada destinação de



recursos, que possibilitem maximizar os esforços para eliminação da doença como problema de saúde pública.

É essencial que esta Casa legislativa acompanhe e participe da revisão do alcance de tais compromissos nacionais e internacionais e proponha ações e, em especial, formas de financiamento para a transformação da realidade atual e para o atendimento das comunidades e dos territórios mais afetados pela tuberculose.

Finalmente, essa Comissão Externa poderá constituir-se como uma experiência concreta e um modelo a ser utilizado por Parlamentos de outros países no sentido de potencializar as ações de seus governos e da sociedade civil visando alcançar a eliminação da TB como um problema de saúde pública.

Por essas razões, proponho o presente Plano de Trabalho que visa permitir a Comissão Externa condições para a elaboração de propostas para o enfrentamento da TB, haja vista o compromisso internacional e nacional de eliminação da doença como problema de saúde pública até o ano de 2030.

II. INSTRUMENTOS DE TRABALHO

1. Reunião com o Relator Geral do Orçamento

Justificativa: Como parte importante da atuação dessa Comissão Externa envolve a identificação de necessidades em recursos para a eliminação da tuberculose como problema de saúde pública no país, cujas ações demandam intervenções para a proteção social das pessoas com a doença, que em sua maioria estão em situação de vulnerabilidade, propõe-se uma reunião com o Deputado Relator do Orçamento.

Objetivo: Identificar fontes orçamentárias e avaliar a possibilidade de criação de uma linha orçamentária/Rúbrica que subsidie as ações para a tuberculose.

2. Visita Técnica ao Estado do Amazonas

- a) Reunião na Câmara Legislativa e com os Movimentos Sociais
- b) Visita à Fundação de Medicina Tropical e à Policlínica Cardoso Fontes

Participantes: Parlamentares da Comissão Externa, Ministra da Saúde e autoridades da SVSA.



Justificativa: O Amazonas é um dos estados cuja população apresenta um maior risco de adoecimento e morte por TB no país, o equivalente a 84,6 novos casos a cada 100 mil hab. e 5,0 óbitos por TB a cada 100 mil hab. Desse modo, contribui substancialmente para a carga de TB no Brasil. Além disso, o estado de grande diversidade cultural e cenários contextuais distintos.

Objetivo: Promover discussão junto à Câmara Legislativa e em articulação com os movimentos sociais sobre as principais demandas das comunidades afetadas pela TB no estado e conhecer a organização e ações desenvolvidas pela gestão estadual Programa de Controle da Tuberculose e serviços de referência.

3. Reunião com os 9 Ministérios que integram o CIEDS

Justificativa: A tuberculose não é apenas um desafio médico, mas também um problema social, econômico e ambiental complexo. Abordagens multidisciplinares são necessárias para enfrentar as raízes profundas da tuberculose, incluindo fatores como pobreza, desigualdade, falta de acesso a cuidados de saúde, condições de vida precárias e outros determinantes sociais de saúde que contribuem para a disseminação da doença. A colaboração entre diversos setores para além do setor saúde, é crucial para abordar esses fatores e implementar estratégias que visem eliminar a TB do país. Nesse contexto, o CIEDS é uma comissão instituída por meio de decreto presidencial (Decreto nº 11.494, 17/04/2023) que tem como finalidade promover a articulação entre os ministérios envolvidos para fomentar a atuação intersetorial frente às doenças determinadas socialmente, entre as quais inclui-se a tuberculose. Reuniões já foram realizadas com os representantes de cada ministério e encontra-se em processo a construção de um plano de trabalho conjunto entre as áreas. Integram o CIEDS os Ministérios da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; dos Direitos Humanos e da Cidadania; da Educação; da Igualdade Racial; da Integração e do Desenvolvimento Regional; da Justiça e Segurança Pública; dos Povos Indígenas, sob coordenação do Ministério da Saúde.

Objetivo: Fomentar a atuação política para o estabelecimento da articulação entre os ministérios como forma de promover o trabalho pactuado no CIEDS. Durante esta reunião, tem-se como objetivo promover uma abordagem abrangente e coordenada para o enfrentamento da tuberculose. Ao reunir ministérios de diferentes áreas, busca-se integrar políticas e ações que abordem os determinantes sociais, econômicos e ambientais da tuberculose. Essa colaboração interministerial visa melhorar o acesso a cuidados de saúde, promover condições de vida mais saudáveis e fortalecer a conscientização pública.



4. Audiência Pública Sobre a Eliminação da Tuberculose como Problema de Saúde Pública

Participantes: Representante do Ministério da Saúde, Sociedade Civil da TB, Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, comunidade científica e outros parceiros.

Justificativa: A tuberculose continua a ser uma das principais causas de morbidade e mortalidade em muitas partes do mundo e especialmente no Brasil, afetando especialmente populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, pessoas vivendo com HIV/aids, privados de liberdade, indígenas e comunidades com acesso limitado a serviços de saúde. Além disso, a tuberculose possui um fardo econômico significativo devido aos custos associados ao tratamento prolongado, contribuindo para a perpetuação da pobreza, pois afeta o poder financeiro da pessoa com a doença e de sua família. Ao promover uma audiência pública, é possível destacar a urgência de ações coordenadas para abordar a tuberculose, compartilhar informações atualizadas sobre estratégias de prevenção e tratamento e envolver a sociedade civil, a comunidade científica, profissionais de saúde e os formuladores de políticas na luta contra essa doença. Essa audiência oferece também uma oportunidade para fomentar a destinação de recursos aos estados e municípios, promover a conscientização e garantir que a tuberculose seja tratada com a prioridade que merece na agenda de saúde pública e de outras pastas do governo, em especial aquelas que atuam no enfrentamento da determinação social.

Objetivo: reunir especialistas, profissionais de saúde, autoridades governamentais e a sociedade civil em um esforço conjunto para abordar essa grave questão de saúde. Durante essa audiência, serão discutidos os desafios relacionados ao enfrentamento da tuberculose, incluindo a identificação precoce de casos, o acesso ao tratamento eficaz e o estigma associado à doença. Além disso, serão propostas estratégias e políticas que visam a eliminação da tuberculose como um problema de saúde pública, com a finalidade de proteger a saúde e o bem-estar de comunidades no país. Esta audiência serve como um passo crucial na construção de um futuro livre da tuberculose e na promoção de uma sociedade mais saudável e equitativa.

5. Quantificar as necessidades de recursos para a Eliminação da Tuberculose como Problema de Saúde Pública no Brasil.

Justificativa: Necessidade premente de enfrentar esse problema de saúde pública de forma eficaz, bem como de demonstrar comprometimento com a saúde pública e com o enfrentamento dos determinantes sociais que afetam a população brasileira e são determinantes no processo de adoecimento por TB. A TB continua a ser um desafio significativo para o sistema de saúde brasileiro, e a quantificação adequada das necessidades



de recursos permite alocar fundos de forma justa e equitativa, melhorar a coordenação entre os diversos setores envolvidos, prevenir o desperdício de recursos, salvar vidas e reduzir o impacto da doença na sociedade. Além disso, a transparência na alocação de recursos fortalece a confiança pública e o compromisso na luta contra a tuberculose.

Objetivo: é fortalecer os esforços de combate a essa doença, expandindo o acesso a diagnóstico precoce, tratamento eficaz e medidas de prevenção. A mobilização de recursos adicionais busca impulsionar a pesquisa, o treinamento de profissionais de saúde e a conscientização pública, além de melhorar a infraestrutura de saúde e a capacidade de resposta. Isso contribuirá diretamente para alcançar a meta de eliminação da TB, reduzindo a carga da doença e promovendo a saúde da população brasileira.

III. OBJETIVOS FINAIS:

Espera-se com a execução das atividades propostas alcançar os seguintes resultados:

1. Estabelecimento de fonte orçamentária sustentável que amplie o recurso financeiro destinado ao financiamento das ações de controle da tuberculose, especialmente no que diz respeito aos estados e municípios e à pesquisa e inovação;
2. Execução de plano de intervenção junto ao estado do Amazonas para reversão do cenário epidemiológico da tuberculose na localidade;
3. Articulação intersetorial entre os ministérios integrantes do CIEDS para abordagem e implementação de estratégias de atuação na determinação social da tuberculose;
4. Amplo debate com os cidadãos e partes interessadas para discussão sobre a tuberculose como forma de garantir o efetivo exercício da participação popular na elaboração das políticas de enfrentamento da doença;
5. Promoção da transparência na alocação e utilização de recursos públicos, bem como na publicização das ações planejadas e realizadas para o enfrentamento da TB.

Deputado ANTONIO BRITO
PSD-BA